

Projeto prevê pensão para a turma da praia

8861 14M 77
PS

ESTADO DE SÃO PAULO ESTABILIDADE
AGÊNCIA ESTADO

Um verdadeiro "comboio da alegria" na área militar. Este será o resultado, segundo os militares da ativa, da aprovação do texto constitucional referente ao artigo 20º das Disposições Transitórias, que amplia a concessão de pensões militares à "turma da praia". O grupo é integrado, atualmente, por 5.491 pensionistas, recebendo salários mensais equivalentes a dois salários mínimos. Se aprovados os textos do Centrão ou da Sistematização, esses quase seis mil pensionistas e os 14 mil ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ainda vivos passarão a receber, mensalmente, Cz\$ 72 mil, equivalentes à pensão de 2º tenente. No total, são cerca de 22 mil pensionistas da II Guerra Mundial, incluídas viúvas e filhas, que mantêm o mesmo direito do pensionista.

País carente de guerras e conflitos armados nos tempos atuais, o Brasil trata com carinho seus últimos guerreiros e mostra-se pródigo na concessão de pensões. Além das pensões aos ex-combatentes da II Guerra, são pagos também pensões e salários aos militares da reserva que, mesmo sem ter participado de guerras, recebem proventos similares aos dos oficiais da ativa. Outra questão que tem atraído a atenção e a desaprovação dos militares refere-se à estabilidade do funcionário público com mais de cinco anos de posto.

A estabilidade do funcionário público com mais de cinco anos de posto, mais um ponto polêmico quanto ao texto, é algo inerente à carreira militar. Apesar disso, existem dentro do próprio Exército 43 400 militares que carregam o título de oficiais e praças temporários, pelo fato de só lhes ser permitido permanecer na ativa durante nove e oito anos. Esses oficiais são também conhecidos como "oficiais R-2".

A administração do Exército teme que, a partir da aprovação dos artigos 47 (da Sistematização) e 45 (do Centrão), os R-2 passem a ter estabilidade dentro da Força Terrestre. Com isso, o Exército poderá contar, dentro de seus quadros, com um grupo de quase 50 mil homens reivindicando, na Justiça, o direito à estabilidade.

ATIVIDADE FIM

Conforme indagação de um coronel da ativa, "o que o Exército vai fazer com um cabo de 40 anos, se sua atividade fim é a guerra?". E ele próprio complementa: "É incompreensível que um país que não pode pagar a URP aos seus funcionários públicos se dê ao luxo de administrar tamanhos gastos com pensões, promoções de cassados e pagamentos de atrasados, estabilidade e manutenção de dois cargos públicos. É o trem da alegria institucionalizado na Constituição", comentou esse oficial: Z A